

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.389 - RJ (2019/0200933-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : DWA CONSTRUÇOES ELETROMECANICAS EIRELI
ADVOGADOS : MARCOS DIAZ JUNIOR - RJ163281
DAVID AZULAY E OUTRO(S) - RJ176637
ANDRÉ SERGIO OLIVAL - RJ177000
AGRAVANTE : JOSE RIBEIRO FILHO
ADVOGADOS : GILSON ZACARIAS FREITAS E OUTRO(S) - RJ065864
LEANDRO BRAGANÇA DE MIRANDA - RJ167932
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por JOSE RIBEIRO FILHO, em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR RESIDENCIAL (PLATAFORMA ESPECIAL E ENCLAUSURAMENTO). ELEVADOR APRESENTOU VÍCIOS DESDE A SUA INSTALAÇÃO. PEDIDO DE CANCELAMENTO DOS CONTRATOS. SENTENÇA DE PARCIAL PROVIMENTO. RÉ CONDENADA A INDENIZAR O AUTOR NO VALOR DE R\$ 14.000,00, A TÍTULO DE DANOS MORAIS. RECURSO DE AMBAS AS PARTES. AGRAVO RETIDO INTERPOSTO PELA RÉ CONTRA DECISÃO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INVERSÃO DO ÔNUS PROBANDI. PRELIMINAR DE INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA QUE SE AFASTA. INDUVIDOSA A DECADÊNCIA DO DIREITO AUTORAL QUE LASTREIA O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA. PERSISTE, NO ENTANTO, O DIREITO AUTORAL NO TOCANTE À INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA 207 DESTES TRIBUNAL. PLATAFORMA E ENCLAUSURAMENTO QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA CONTRATUAL E LEGAL. PARTE AUTORA SUPOU DANOS MORAIS QUE DEVEM SER INDENIZADOS. CONSUMIDOR QUE ESPERA UTILIZAR DE FORMA PLENA O PRODUTO RECÉM ADQUIRIDO. VERBA

Superior Tribunal de Justiça

HONORÁRIA QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Os embargos de declaração postos foram rejeitados (e-STJ, fls. 516 - 519).

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, violação aos artigos 26, § 2º, I, do Código de Defesa do Consumidor; e 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a nulidade do acórdão, por omissão quanto à tese de que as reclamações de defeito no serviço prestado, sem a correspondente resposta do fornecedor, com a solução do problema, obstarão a fluência do prazo decadencial.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 563 - 578), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 581 - 591, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão ao agravante.

Inicialmente, quanto à alegada violação do artigo 1.022 do CPC de 2015, cumpre ressaltar que os embargos de declaração, ainda que opostos para prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar erro material, vícios inexistentes na espécie.

Observe que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia. Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito. Nesse sentido: Edcl no AgRg no Ag nº 492.969/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJ de 14.2.2007; AgRg no Ag nº 776.179/SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 12.2.2007; e REsp 523.659/MG, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 7.2.2007.

No ponto a Corte local assentou, de forma clara e objetiva, que a despeito das reclamações, ocorreu o implemento do prazo de decadência, não havendo que se cogitar em omissão, ou deficiência de fundamentação, conforme se depreende do trecho do acórdão abaixo reproduzido (e-STJ, fls. 483 - 485):

Em seguida, passa-se à análise da preliminar de afastamento da decadência requerida pela parte autora.

De acordo, com o artigo 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, o prazo decadencial, para produtos e serviços duráveis, é de 90 (noventa) dias e se inicia no momento em que evidenciado ou aparente o defeito, conforme disposto no artigo 26, § 3º, da referida lei.

Obsta a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, conforme disposto no artigo 26, § 2º, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Segundo consta da inicial a parte autora firmou contrato com a ré, em 11/06/2012, para o fornecimento e instalação de um elevador especial (plataforma especial), no valor de R\$ 62.000,00, bem como em 03/08/2012, contratou o fornecimento e a instalação do enclausuramento completo para a plataforma especial, este no valor de R\$ 56.390,11, tudo a ser instalado em sua residência. Contudo, para a sua surpresa, o elevador apresentou falhas em seu funcionamento, sendo que a ré propôs a instalação de um novo circuito elétrico, mediante nova cobrança.

A parte ré, por sua vez, asseverou a ausência de qualquer falha no produto ou na prestação de seus serviços, eis que, de forma diligente, efetuou a manutenção do elevador instalado na residência do autor, e que os problemas apresentados têm como origem falhas no sistema elétrico da residência e o mau uso do produto.

Nos autos, farta é a documentação acostada pelo autor às fls. 29/33 e 35/41, comprovando a aquisição dos produtos e de suas instalações (Elevador - Plataforma Especial e Enclausuramento de Plataforma), bem como a garantia e os contatos realizados entre as partes para a realização dos consertos (fls. 51/53 e 58/59), e, ainda, a cobrança

extra para a instalação de novo circuito elétrico, no valor de R\$ 1.850,00 (fls. 48/49) Depreende-se, ainda, que o elevador foi instalado em 08 de fevereiro de 2013, conforme alegado pelo autor, e, em 15 de março de 2013, conforme alegado pela ré, e, ainda, que o enclausuramento foi concluído em 15 de março de 2013.

Do contrato anexado aos autos verifica-se (fls. 29/33) que há cláusula expressa indicando que o prazo de garantia contratual, com relação à plataforma é "de 12 meses sem custo para o cliente". Porém, mais adiante, na parte das observações, o contrato prevê que a garantia é concedida pelo prazo de 12 meses, contra defeitos de fabricação ou de instalação "mediante a assinatura do contrato de conservação ou manutenção com a DWA (...) ou com sua autorizada na região". E, ainda, que nestes "doze meses estão incluídos os 90 dias exigidos pela lei de defesa do consumidor.". (fls. 30) Deste modo, correta a interpretação do douto Sentenciante, que considerou caracterizada a venda casada, ao se exigir que o consumidor assine um contrato de conservação para a concessão da garantia, o que é expressamente vedado pelo artigo 39, I, do Código de Defesa do Consumidor.

O referido contrato também se mostra abusivo com relação à inclusão do prazo de garantia legal de 90 dias, previsto no artigo 26, II, do CDC, dentro do prazo de garantia contratual de 12 meses. Posto que, em momento anterior, ao se referir ao prazo de garantia o contrato faz expressa menção ao prazo de 12 meses, para depois incluir neste o prazo de garantia legal.

(...)

O autor afirmou na inicial que os problemas relativos à plataforma surgiram no dia seguinte a sua instalação (desnívelamento e travamento entre os andares), tendo feito diversas reclamações à ré, para que os problemas apresentados pelo equipamento fossem solucionados.

Sendo que a ré lhe propôs, em 11/04/2013, a instalação de novo circuito elétrico. E que após a instalação deste novo circuito o elevador parou novamente de funcionar, tendo a ré alegado, desta vez, que o problema teria sido causado por variação da tensão de energia elétrica, ao custo de R\$ 1.650,00, e, mesmo após o referido reparo, em 15/05/2013, o elevador não funcionou de forma adequada. Tanto que a cabine foi impulsionada com velocidade excessiva, vindo a chocar-se com o telhado da residência, causando danos significativos.

A ré sustentou que os problemas apresentados ocorreram em razão

do mau uso dos equipamentos pelo autor, como constatado pelo seu técnico, que foi enviado ao local em 18/03/2013. Assevera que em 11/04/2013 a parte autora fez novo contato, desta vez alegando que a plataforma abaixava alguns centímetros à noite e parava entre os andares, e que novamente foi constatado o mau uso do equipamento. Sendo proposto ao autor a instalação de um dispositivo opcional, no valor de R\$ 1.850,00.

E que de fato fez uma proposta de celebração de contrato de manutenção, o que não foi aceito. Aduz que arcou com os reparos no sistema elétrico da casa do autor, no valor de R\$ 1.650,00. Em junho de 2013 seus técnicos estiveram na casa do autor, que alegava que a plataforma estaria parando fora do ponto e tocando o teto da caixa de corrido, sendo constatado que o fim do curso estava desregulado, e que o problema foi solucionado, com a troca da referida peça, em 27/06/2013, sem custos para o autor. Por fim, houve novo contato do autor, em novembro de 2013, alegando que a plataforma estaria desnivelada, e, diante do fim do prazo de garantia e da inexistência de contrato de manutenção entre as partes, foi informado ao autor que o serviço seria cobrado, com o que não concordou.

Deste modo, verifica-se que todos os problemas apresentados foram solucionados pela ré dentro do prazo de garantia (contratual e legal). Não tendo a parte autora demonstrado nos autos a persistência dos problemas após o vencimento das respectivas garantias.

Aliás, somente a parte ré declarou ter havido novo contato do autor, em novembro de 2013, alegando desnivelamento do aparelho, e que o autor não concordou em pagar pelo reparo.

Assim, diante do ajuizamento da demanda em 03/02/2015 (fls. 02) - muito após o aparecimento dos vícios dos produtos e dos contatos com a empresa ré, como também depois de passados mais de sete meses depois de vencida a garantia para o enclausuramento e mais de um ano e sete meses de vencida a garantia para a plataforma especial.

Assim, resta indubitosa a decadência do direito autoral que lastreia o pedido cominatório de restituição da quantia paga, previsto no artigo 18, § 1º, inciso II, da Lei n.º 8.078/90, constantes dos itens 45.4 -A e 45.4 -B (fls. 22), como corretamente consta da sentença recorrida.

Por outro lado, verifica-se que a conclusão adotada na origem, de decadência do direito de ressarcimento material, foi alcançada com base na análise de cláusulas contratuais e demais fatos e provas dos autos. Assim, a revisão da conclusão

Superior Tribunal de Justiça

adotada na origem para que se acolha a tese de ausência de implemento do prazo em comento, em virtude das reclamações realizadas, é medida que encontra veto nas Súmulas 5 e 7 do STJ, por demandar necessário reexame de fatos e provas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

